JUSTIÇA FEDERAL DIGITAL
Ano 7 - Número 286 - Novembro/2014

Diretor do Núcleo de Conciliação do TRF2 abre mutirão em Cachoeiro de Itapemirim/ES

O diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC), desembargador federal José Ferreira Neves Neto, abriu, em solenidade realizada na terça-feira, dia 4, o mutirão de conciliação em processos relativos a aposentadorias rurais por idade, pensão por morte, salário maternidade e auxílio doença do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), na Justiça Federal de Cachoeiro de Itapemirim.

"A conciliação" - assinalou o diretor do NPSC - "tem um aspecto pedagógico muito importante".

Ela "é uma aula de cidadania, embora não seja percebida como tal, assim à primeira vista". "Ela ensina o cidadão brasileiro, que não tem como tradição administrar de forma mais responsável os conflitos em que está envolvido".

"É uma oportunidade para que o cidadão se acostume a ser ele mesmo o defensor dos seus interesses, aprender isso. Isso é cidadania, isso faz parte do nosso aprendizado como cidadãos para que nós tenhamos então a noção, cada vez mais consolidada, da importância de ser cidadão, da importância de ser contribuinte, da importância de ter o acesso ao Judiciário e, por que não, da importância de ter certo controle dos nossos interesses, na medida do possível", ressaltou o desembargador federal Ferreira Neves.

Política da JFES

O diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, por sua vez, destacou que a conciliação é "uma política da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo" que encontra eco "no inestimável apoio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e de seus desembargadores", agradeceu aos juízes e procuradores federais, aos servidores, à OAB do Espírito Santo e aos advogados presentes. Fez ainda "uma saudação especial aos senhores e senhoras que vieram aqui para tentar finalmente a solução dos processos que os senhores têm". "Os senhores estão vendo aqui ao lado a Justiça e o INSS, mas isso tudo é feito em razão dos senhores e das senhoras. A Justiça hoje está aqui para ouvir o que os senhores e as senhoras têm a dizer".

"Nós fazemos permanentemente esses mutirões, durante o ano todo nas Subseções Judiciárias e nós estamos aqui, cumprindo mais essa etapa, para mostrar para a sociedade capixaba que o que a gente presta é um serviço público e esse serviço público precisa ser um serviço de qualidade, uma Justiça que ela seja rápida, mas uma Justiça que também defenda os direitos daqueles que efetivamente têm direito", concluiu o diretor do foro.

"Tempo demais"

A coordenadora do Cescon, juíza federal Aline Alves de Melo Miranda Araujo, agradeceu pela acolhida e lembrou que a Subseção de Cachoeiro de Itapemirim já costuma fazer mutirões, além dos organizados pelo Centro. Destacou que o trabalho do Cescon é "não deixar o jurisdicionado esperar tempo demais". "A partir do primeiro dia em que existe uma ação já é tempo demais. E, quando a gente trata de causas ajuizadas contra o INSS, é tempo demais mesmo. São pessoas que estão precisando muito de um benefício previdenciário seja ele qual for". "A gente tem muito prazer em realizar um mutirão desses que a gente vê quantas pessoas voltam para casa com a vida resolvida".

A magistrada lembrou que "a conciliação é finalidade dos juizados. Ela está lá no artigo primeiro da lei dos juizados" e, em seguida, parabenizou muito os procuradores do INSS. "Acho que eles foram pioneiros nessa questão (da conciliação)". "Hoje a coisa evoluiu, o advogado público tem essa independência de avaliar o direito, de poder ser responsável por aquele direito ali da autarquia previdenciária e de poder transigir nos juizados", afirmou.

Recurso virtual

O procurador federal Marcos Antônio Borges Barbosa, que representava o procurador-chefe da Procuradoria do INSS no Espírito Santo, Tiago Costa Bolzani, declarou que "é com imensa satisfação que a Procuradoria do INSS, aqui representada por mim, participa dos mutirões na Justiça Federal". "A participação nos mutirões está inserida no planejamento estratégico tanto do INSS como da Procuradoria Federal no item do programa de redução de demandas, visando agilizar as demandas judiciais para que o segurado obtenha um provimento jurisdicional mais rápido e diminuir o número de demandas".

O procurador ainda citou o recurso virtual, instrumento já disponível a advogados e segurados, que "tem demorado de seis a oito meses". Marcos Barbosa finalizou agradecendo à Justiça Federal "pela nossa participação" e informou que, além desse mutirão, ainda "teremos, do dia 19 ao dia 21 de novembro, o mutirão de São Mateus, onde todos estaremos presentes".

Audiências

Foram realizadas nos dois dias de mutirão (4 e 5 de novembro) 143 audiências, todas em processos em tramitação no 1º Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim. O evento foi uma realização conjunta do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através do NPSC, em parceria com a Seção Judiciária do Espírito Santo, através de seu Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), e com o INSS.

O mutirão - que terminou com índice de acordos de 49,64% (69 acordos) e atendeu a quase mil pessoas - contou com o apoio da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, que atuou com os procuradores Danilo Pereira Matos Figueredo, Gabriel Savio Barreto, Luís Guilherme Nogueira Freire Carneiro, Rodrigo Stephan de Almeida e Thiago de Almeida Raupp, além de Marcos Antônio Borges Barbosa.

Além da juíza federal coordenadora do Cescon, também presidiram as audiências de conciliação neste mutirão os juízes federais Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, Bruno Dutra, Carlos Gustavo Chada Chaves, Vitor Berger Coelho e Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo.

Eunice do Carmo Ribeiro Sales, 58 anos, conseguiu se aposentar

"Eu trabalho desde os quinze anos de idade na roça", disse Eunice do Carmo Ribeiro Sales, de 58 anos. Hoje ela trabalha em Terra Corrida, localidade que fica a duas horas e meia de Cachoeiro de Itapemirim, plantando milho e feijão. "Trabalho sozinha lá porque meu marido é doente. Tem 29 anos que ele é doente". Deu entrada no processo solicitando aposentadoria na Justiça Federal em 2012. Agora aposentada disse que "vai pensar" se vai continuar a trabalhar, "porque eu estou meio doente também, com problema de coluna, de gastrite, não tô podendo pegar muito peso. Vou ver se eu cuido da minha saúde um pouco, porque até agora eu cuidei só (da) dele."

Partes de processo comemoram acordo

O procurador federal Luís Guilherme Nogueira Freire Carneiro, a juíza federal Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo, a sra. Eunice, sua advogada Elinara Soares, e os senhores Francisco Pereira e Romualdo Chagas, testemunhas.

Estudantes de Direito acompanham as audiências de conciliação

Alzerina Rosa de Jesus, 60 anos, trabalha "desde a idade de 12 anos direto" como trabalhadora rural

"Estudei, mas muito pouco, só sei assinar meu nome". Seus pais também trabalhavam na área rural. Trabalhou nas localidades de Martins Soares e de Santa Cruz. "Eu adubo, eu capino, eu planto milho, feijão, carrego palha de café pra colocar na lavoura, trabalho plantando tomate". Mãe de seis filhos, todos trabalhadores rurais, está "sem marido". Mesmo após garantir sua aposentadoria, assegurou que continuaria a trabalhar. "Eu estou acostumada a trabalhar, né? A gente pode trabalhar. Não precisa parar. Não gosto de parar."

Reinaldo Vieira Pinto, 56 anos: "sou trabalhador rural desde que nasci mesmo"

"Nasci na roça, em Serrinha Vidal, pra lá de Presidente Kennedy", a uma hora e meia de Cachoeiro de Itapemirim. Seus pais também eram trabalhadores rurais. Estudou "bem pouco". "Só sei fazer meu nome e alguma continha, mas bem pouco". Na roça ele "plantava mandioquinha, tirava um leitinho". Há dois anos, adoeceu e teve que ficar 45 dias no hospital, com isso, precisou vender o pouco gado que tinha. Os parentes até chegaram a falar que ele tinha morrido, mas conseguiu se recuperar "devagarinho". Entrou com o processo pleiteando sua aposentadoria há um ano e meio. Aposentou por invalidez, pois não pode mais trabalhar. Agora aposentado vai tentar "comprar mais uma vaquinha", pois só tem duas, para "tirar um leitinho". Sua irmã que vai ajudá-lo nessa tarefa, pois ele não pode mais ordenhar. Como os dois são controlados, acha que vai dar para viver assim.

Magistrados prestigiam a abertura do mutirão

O desembargador federal José Ferreira Neves Neto (diretor do NPSC) entre os juízes federais André Luiz Martins da Silva e Fátima Archangelo (à esquerda) e Fernando Cesar Baptista de Mattos (diretor do foro da SJES) e Vitor Berger Coelho.

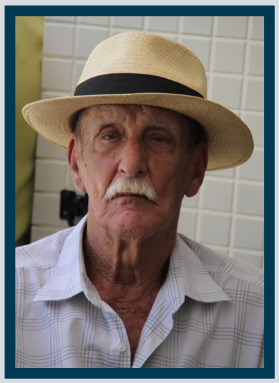
Neuza Alves dos Reis, 63, nunca fez outra atividade se não "mexer na roça"

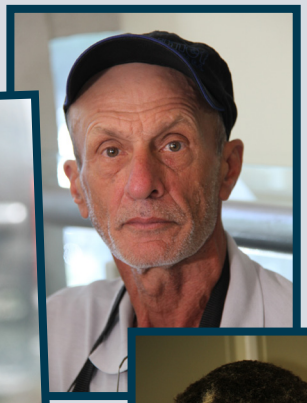
"O estudo foi tanto apertado que na época eu nem fiz uma prova". "Consigo só assinar o nome, mas nunca fiz uma prova". "Tive que cuidar do meu irmão para minha mãe trabalhar na roça. Casei também, depois na roça com os meus filhos". Teve três filhos, "mas um Deus levou ele com 30 anos". Os outros também "mexem com roça". Mora em São Francisco, indo para lúna, onde é meeira. Garantiu que continuará a trabalhar, mesmo aposentada. "Jesus me dá forças para, quando eu tiver com a minha aposentadoria na mão, eu possa fazer a obra dele".

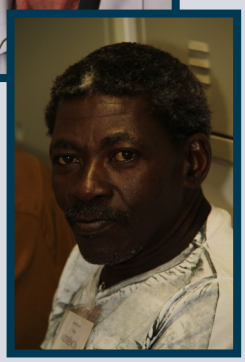
Ivo da Silva, 69 anos, é capixaba do município de Apiacá

Sempre trabalhou na terra, "criei minha família toda lá". Começou a trabalhar "desde novo, 9 anos, 10 anos". Cuidou da mãe, que só tinha ele "de maior". Casou aos 25 anos com uma moça que também trabalhava na roça, "lavoura". "Quando eu quis estudar, eu não pude estudar por causa do trabalho que era muito esforçado", além de ajudar a cuidar da mãe e de mais duas irmãs. "Trabalhava com um bocadinho de café, um bocadinho de arroz, um bocadinho de milho". A esposa, que hoje está numa cadeira de rodas em decorrência de artrose e osteoporose, e os filhos também trabalharam na roça, na Fazenda Santa Helena. "Eu não gosto de ficar parado", assegurou, afirmando que pretende trabalhar um pouquinho, visitar os netos, que ele adora, juntamente com a esposa, apesar das dificuldades, e "descansar um pouquinho".

Outros participantes do mutirão de Cachoeiro de Itapemirim







Justiça Federal da 2ª Região (RJ e ES) tem centenas de audiências na pauta da Semana Nacional de Conciliação - 2014*

Em 2014, a Semana Nacional de Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) irá de 24 a 28 de novembro. E no TRF2, a programação foi pensada pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) para dar conta da variedade de assuntos que estão sendo levados às mesas de negociação. O NPSC2 é o órgão do Tribunal responsável por planejar, organizar e realizar os mutirões de conciliação na Justiça Federal da Segunda Região, que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

A agenda no Rio de Janeiro, por exemplo, inclui aproximadamente 300 audiências sobre Gratificações de Desempenho (AGU), entre os dias 24 e 28 de novembro, no Foro da Avenida Rio Branco. Já na Seção Judiciária do Espírito Santo, também de 24 a 28 de novembro, as audiências tratarão de temas variados, tais como: Danos Morais (Caixa Econômica Federal - CEF), Créditos Comerciais (CEF) e SFH (CEF/EMGEA). Por fim, na Subseção Judiciária de São Mateus, também no Espírito Santo, o mutirão terá por foco 48 processos que envolvem danos morais referentes a CEF e processos sobre benefícios previdenciários/aposentadorias rurais (INSS).

Demandas repetitivas

Neste ano, a Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais do País, deverá focar os esforços de magistrados e servidores na solução de demandas judiciais de massa, que envolvem os maiores litigantes da Justiça, como instituições bancárias, de telefonia e órgãos públicos, além de processos relacionados a Direito de Família.

A medida foi proposta pelo Conselho Consultivo da Presidência, criado pela Portaria n. 160/2014, para assessorar o CNJ na análise de métodos de solução de conflitos. O objetivo é dar vazão, por meio de acordo entre as partes, às chamadas demandas repetitivas – litígios que envolvem lesões a direitos individuais ou coletivos que atingem grande quantidade de pessoas de forma similar.

Só na Justiça Federal, o INSS, por exemplo, estava envolvido em 34% do total de processos ingressados na primeira instância no período e em 79% das ações que entraram nos Juizados Especiais. Já a Caixa Econômica Federal era demandante ou demandada em 13% dos processos que chegaram ao primeiro grau da Justiça Federal nos dez primeiros meses de 2011.

Esforço concentrado

Durante uma semana, juízes e conciliadores concentrarão esforços para garantir o acordo entre as partes em processos judiciais, evitando, assim, a continuidade do conflito. Na mobilização do ano passado, 6,7 mil magistrados participaram das audiências, além de 5 mil conciliadores e 8,4 mil profissionais, entre juízes leigos e colaboradores. A expectativa é que, neste ano, quantidade ainda maior de profissionais se envolva na campanha.

A conciliação pode ser utilizada em diversos tipos de conflitos judiciais: pensão alimentícia, divórcio, desapropriação, inventário, partilha, guarda de menores, acidentes de trânsito, dívidas em bancos e financeiras e problemas de condomínio, entre vários outros.

No ano passado, o esforço da Justiça na resolução negociada de conflitos conseguiu finalizar metade dos processos incluídos na pauta, resultando em R$ 749 milhões em valores negociados. Desde quando foi criada, em 2006, a Semana Nacional de Conciliação já realizou 2 milhões de audiências, alcançando cerca de R$ 6 bilhões em valores homologados.

A Semana Nacional da Conciliação integra a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, prevista na Resolução 125, instituída pelo CNJ em 2010.

***Extraído do www.trf2.jus.br - Com informações do CNJ**

JFES realiza 2ª praça de Leilão Unificado no dia 20, em Vitória

A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) promoveu nesta quinta-feira, 6, a primeira praça do seu XVI Leilão Unificado. A segunda praça está marcada para o próximo dia 20, a partir das 13 horas, no auditório da sede da JFES, em Vitória (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo).

Será uma boa oportunidade de adquirir bens de diversas naturezas por excelentes preços. Serão leiloados imóveis, veículos, móveis, equipamentos eletrônicos, industriais e de ginástica, entre outros. Veja a lista completa dos bens no www.jfes.jus.br, link "Transparência Pública", "Leilões".

Mais informações podem ser obtidas por meio do Núcleo de Apoio Judiciário (27) 3183-5075 ou 3183-5162 ou com os leiloeiros:

- Hidirlene Duszeiko (27) 0800 707 9272
Email : atendimento@leiloesjudiciais.com.br
Site: www.leiloesjudiciais.com.br

- Luiz Carlos Lessa Junior (27) 3315-5148 / 99984-2976
Email: contato@vixleiloes.com.br
Site: www.vixleiloes.com.br

- Mauro Colodete (28) 3542-3333 / (27) 99955-5000 / (27) 99955-6685 / (28) 99955-5000
Email: mauro@colodeteleiloes.com.br
Site: www.colodeteleiloes.com.br

TRF2 divulga lista de aprovados e espelho da primeira prova escrita para juiz federal substituto da 2ª Região*

A Comissão Organizadora e Examinadora do 15º concurso público para juiz federal substituto da 2ª Região divulgou esta semana a lista dos aprovados na primeira prova escrita, realizada no dia 11 de outubro. A relação foi disponibilizada através do Edital TRF2-EDT-2014/00009, assinado no dia 5 de novembro pelo presidente da comissão, desembargador federal Guilherme Couto de Castro.

O documento também convoca para a sessão pública de divulgação das notas da segunda prova escrita, que será realizada no dia 13 de novembro, na sede do TRF2, no Centro do Rio de Janeiro.

Ainda, o edital comunica que a vista da primeira prova escrita poderá ser feita das 12 às 17 horas da quinta e sexta-feira, 6 e 7 de novembro, na Rua Acre, 80, sala 304, Praça Mauá, Rio de Janeiro, RJ.

O espelho da prova também foi divulgado.

Leia o Edital TRF2-EDT-2014/00009 e o espelho da prova no www.trf2.jus.br ou no www.fjes.jus.br.

***ACOI/TRF2**

TRF2 mantém sequestro de R$ 122 milhões do patrimônio do empresário Eike Batista*

A 2ª Turma Especializada do TRF2 negou, por unanimidade, pedido do empresário Eike Führken Batista da Silva, que pretendia a reforma da sentença da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na qual foi ordenado o sequestro de pouco mais de R$ 122 milhões de seu patrimônio. A medida fora tomada em ação cautelar ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), que acusa o principal acionista da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e da OSX Brasil S.A de ter manipulado o mercado de capitais com a finalidade de obter proveito econômico financeiro.

O relator do caso no TRF2 é o desembargador federal Messod Azulay.

Os crimes de manipulação de mercado e insider trading estão previstos, respectivamente, nos artigos 27-C e 27-D da Lei 6.385/76. De acordo com a denúncia do MPF, o empresário teria acesso privilegiado a informações relativas à exploração e à viabilidade econômica dos campos petrolíferos de Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia e que, portanto, sabia, ainda em 2012, que havia dúvidas quanto à economicidade da exploração dessas áreas. No entanto, apenas em julho de 2013 a OGX publicou comunicado informando da inviabilidade econômica dos empreendimentos.

Também segundo a acusação, dois meses antes do comunicado, Eike Batista alienou ações da empresa, obtendo por elas mais de R$ 197 milhões na venda, que representaram quase 2,7 vezes mais do que poderia ser conseguido se a operação houvesse sido efetuada depois do comunicado oficial. Além disso, ainda segundo o MPF, o réu teria sonegado informações referentes aos termos de um contrato de opção de compra de ações (conhecida como put, no jargão do mercado), com o suposto objetivo de manter artificialmente os preços dos papeis.

Nos termos desse contrato, Eike Batista se comprometia a aplicar até um bilhão de reais de seu patrimônio pessoal na exploração dos campos petrolíferos, contanto que o plano de negócios da empresa não fosse alterado. Ocorre que a informação sobre essa cláusula restritiva só foi divulgada aos demais investidores após o comunicado sobre a impossibilidade de os campos serem lucrativos.

Contra a ordem de sequestro o empresário apelou ao TRF2. Em seu voto, o desembargador federal Messod Azulay afirmou que há indícios de que, ao assinar o contrato de put, o réu já sabia que não cumpriria o acordo, considerando que já havia recebido estudos sobre os campos de Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia.

Ainda, Messod Azulay destacou que o bloqueio dos valores, que correspondem ao lucro obtido com a venda das ações, é necessário, para garantir, no caso de eventual condenação futura, o ressarcimento do prejuízo sofrido pelos investidores das empresas do grupo: "Não se trata de mera presunção de risco de desfazimento de recursos, mas da necessidade de salvaguardar a credibilidade do mercado nacional de capitais" explicou.

Proc. 0022054-97.2014.4.02.5101
***ACOI/TRF2**

Juiz federal da 4ª VF-Cível de Vitória lança novo livro

Acaba de ser lançado pela Editora CRV, de Porto Alegre, mais um livro de autoria do titular da 4ª Vara Federal Cível de Vitória: juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha: "Hermenêutica e Argumentação no Direito".

A obra tem 206 páginas e é o resultado de pesquisas desenvolvidas pelo magistrado no doutorado em Direito na PUC-MG.

Em fase de pré-lançamento, o livro está disponível apenas no site da Editora (www.editoracrv.com.br).

Ricarlos Almagro já havia lançado em julho deste ano a obra: "Filosofia & Direito: Ética, Hermenêutica e Jurisdição", disponível gratuitamente no site www.jfes.jus.br.

Capa da nova publicação:

Resenha na contracapa:

"A propagação das correntes discursivas, como as de feição habermasiana, foi sentida no Direito, nele penetrando com grande aceitação e mostrando-se como promissores instrumentos de legitimação do sistema jurídico em geral e das decisões judiciais em particular. Por sua vez, algumas críticas lhes são dirigidas, em razão de desconsiderar o que subjaz por trás de todo discurso argumentativo: uma estrutura ontológica humana que evidencia um fenômeno compreensivo originário, o qual projeta a hermenêutica a um plano universal, de caráter fundamental. Entretanto, seriam essas correntes realmente inconciliáveis? Hermenêutica e discurso argumentativo são faces opostas, cuja aproximação configuraria uma incoerente "mixagem metodológica"? A presente obra enfrenta a questão, propondo uma conciliação entre ambas, fundando o próprio discurso também na mesma estrutura ontológica humana na qual está enraizada a hermenêutica, viabilizando assim o surgimento do que o autor denominou de hermenêutica argumentativa, a qual é aqui voltada a uma originária e promissora compreensão do mundo jurídico."

Justiça Federal faz campanha para arrecadar presentes de Natal para filhos de funcionários terceirizados

A Justiça Federal capixaba lançou nesta semana a oitava edição de sua campanha de arrecadação de presentes de Natal para os filhos de terceirizados que atendem à Seção Judiciária do Espírito Santo, em Vitória.

Idealizada pela servidora Juliana Pezzin, supervisora da Seção de Desenvolvimento de Informática (Sedin/NTI), que inscreveu a ideia no Prêmio Melhores Ideias em 2006, na gestão da juíza federal Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto na Direção do Foro, a campanha "Natal Feliz" vem sendo mantida pelas gestões posteriores e tornou-se uma tradição que ano após ano vem angariando muitos sorrisos, tanto de quem recebe o presente quanto de quem o dá.

Coordenada desde o início pelo Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS), a ação este ano contemplará 80 meninos e meninas de zero a dez anos, filhos de funcionários das empresas Star, Speed, CEP, Telemática e Liderança.

Os interessados em "apadrinhar" uma delas devem entrar em contato com o NCS pelo e-mail ncs@jfes.jus.br, até 19 de novembro, manifestando seu interesse. A Comunicação responderá o e-mail com o nome da criança e a idade. O presente – que pode ser brinquedo, roupa ou calçado – deve ser entregue ao Núcleo de 20 a 28 de novembro, no quarto andar do prédio sede, sala 417 E.

Não há valor financeiro estipulado para o presente. Cada um dá o que pode e o que seu coração mandar. O importante é o espírito de confraternização e solidariedade.

Comemorações pelo Dia do Servidor nas varas do interior

Homenagens, lanche, sorteio e palestras em Cachoeiro de Itapemirim/ES

Na Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim, as comemorações em função do Dia do Servidor Público tiveram início no dia 28 de outubro, com a homenagem por tempo de serviço e com um lanche comemorativo.

Neste ano, seis servidores da Subseção foram homenageados: Daniel Gonçalves de Azevedo (Secma-CI), Marcos Andrade Corrêa (3ª VF-CI), Polyana Guimarães Dansi (Seadm-CI) e Raphael Demian Esperidião (1º JEF-CI), por completarem 10 anos de serviço na Justiça Federal - 2ª Região, e Marcos Gustavo Pedra Silva (Secod-CI) e Rosana Danielewicz Mendes (2ª VF-CI), por 15 anos.

Após a entrega dos certificados, a servidora homenageada Polyana Guimarães Dansi, representando os demais colegas homenageados, realizou a leitura de uma mensagem de agradecimento pelo trabalho de todos os servidores da Subseção.

Na sequência, todos os servidores presentes participaram de um delicioso lanche patrocinado pela Assejufes e do sorteio de 02 brindes oferecidos pelo Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal da Subseção. Os contemplados foram os servidores Fabrício Albino Damasceno (2ª VF-CI) e Luciana Vinco Esperidião (3ª VF-CI), que receberam o brinde das mãos do Gerente do PAB, Sr. José Carlos Moreira, e do Técnico Bancário João Marcos Jacomelli.

O evento também contou com a participação dos juízes federais da Subseção Judi-

ciária: André Luiz Martins da Silva (3ª VF-CI), Dimitri Vasconcelos Wanderley (2ª VF-CI), Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo (3ª VF-CI) e Vitor Berger Coelho (1º JEF-CI).

As comemorações pelo Dia do Servidor Público, na Subseção de Cachoeiro de Itapemirim, prosseguem até o dia 19 de novembro. Além da palestra "Inovação na Gestão Pública", já ministrada pelo juiz federal da 4ª VF-Niterói, William Douglas, no dia 29 de outubro, os servidores ainda serão presenteados com um Dia da Beleza, com sessões de limpeza de pele realizadas pela ADCOS, nos dias 10 e 12/11, também com o Curso "Administração do Tempo e Produtividade na Realidade do Processo Eletrônico", que será ministrado pela diretora do 2º Juizado Especial Federal, Neidy Aparecida Emerick Torrezani, no auditório da SJES, em Vitória, nos dias 18 e 19/11, com transmissão simultânea por videoconferência para a Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim.

Linhares oferece lanche comemorativo ao público

A Subseção Judiciária de Linhares, pelo terceiro ano consecutivo, os servidores se reuniram para oferecer um lanche ao público em comemoração ao Dia do Servidor.

"Tem sido uma experiência bastante agradável ter os servidores oferecendo e compartilhando o lanche ao longo da tarde com o público que vem ao Juízo (partes, advogados, autoridades) e também com os estagiários e terceirizados", declara a supervisora da Seção de Apoio Administrativo daquela Subseccional (Seadm-Li), Rosilene Antonio Medina Ferreira, que este ano completa 15 anos de dedicação à Justiça Federal da 2ª Região.

De acordo com a servidora, "também foi servido um delicioso cachorro-quente, preparado por um de nossos estagiários".

NOTÍCIAS DO CJF

CJF libera pagamento de 5 bilhões em precatórios alimentícios*

O Conselho da Justiça Federal (CJF) autorizou a liberação de recursos financeiros para o pagamento dos precatórios federais de natureza alimentícia. Um total de R$ 5.436.329.106,00 foram destinados aos tribunais regionais federais (TRFs).

Do valor total, R$ 2,8 bilhões (R$ 2.890.276.453,80) correspondem ao pagamento de benefícios previdenciários – precatórios pagos em ações movidas contra a Previdência Social. Nesse caso, serão 41.857 pessoas beneficiadas em todo o País, de um total de 36.514 processos.

O depósito desses valores, nas contas dos beneficiários, é responsabilidade dos TRFs, que, de acordo com seus cronogramas, efetuam os pagamentos junto às instituições financeiras oficiais: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

O Conselho informa ainda que, somente na sexta-feira (31/10), a Secretaria do Tesouro Nacional liberou a verba para o pagamento dos precatórios de natureza alimentícia.

Precatórios alimentícios

Precatórios são dívidas judiciais contraídas pela União federal e suas entidades. Na categoria alimentícia enquadram-se as ações relativas a salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez fundadas em responsabilidade civil, em virtude de

sentenças judiciais transitadas em julgado.

Precatórios alimentícios a serem pagos em cada região da Justiça Federal:

TRF da 1ª Região
Total: R$ 1.115.795.269,00
Previdenciários: R$ 351.509.997,61 - 5.162 pessoas beneficiadas, em 4.277 ações.

TRF da 2ª Região
Total: 773.784.876,00
Previdenciárias: R$ 269.045.610,62 - 2.516 pessoas beneficiadas, em 2.516 ações.

TRF da 3ª Região
Total: R$ 1.549.200.573,00
Previdenciárias: R$ 1.318.198.441,93 - 15.222 pessoas beneficiadas, em 13.258 ações.

TRF da 4ª Região
Total: R$ 1.241.334.025,00
Previdenciárias: R$ 815.083.388,26 - 16.631 pessoas beneficiadas, em 14.792 ações.

TRF da 5ª Região
Total: R$ 756.214.363,00
Previdenciárias: R$ 136.439.015,38 - 2.326 pessoas beneficiadas, em 1.671 ações.

***Assessoria de Imprensa do CJF**

CJF libera mais de R$ 712 milhões em RPVs*

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos tribunais regionais federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R$ 712.528.184,74 relativos às requisições de pequeno valor (RPVs) autuadas em setembro de 2014. O depósito na conta dos beneficiários é feito de acordo com os cronogramas de cada TRF. O Conselho informa ainda que, somente na sexta-feira (31/10), a Secretaria do Tesouro Nacional liberou a verba para o pagamento das RPVs.

Do total geral, R$ 448.803.410,76 correspondem a processos previdenciários – revisões de aposentadorias, pensões e outros benefícios, que somam um total de 53.711 ações, beneficiando, em todo o país, 60.023 pessoas.

O Conselho esclarece ainda que cabe aos tribunais regionais federais, segundo cronogramas próprios, fazer o depósito desses valores nas contas dos beneficiários, dos recursos financeiros liberados nesta data. Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, esta informação deve ser buscada na consulta processual, na Internet, no endereço do portal do tribunal regional federal responsável.

RPVs a serem pagas em cada região da Justiça Federal:

TRF da 1ª Região (sede em Brasília-DF, abrangendo os estados de MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO, AP)
Geral: R$ 196.614.780,45
Previdenciárias: R$ 140.802.166,73 – 15.634 pessoas beneficiadas, em 14.386 ações

TRF da 2ª Região (sede no Rio de Janeiro-RJ, abrangendo também o ES)
Geral: 66.014.486,80
Previdenciárias: R$ 30.618.346,12– 2.450 pessoas beneficiadas, em 2.450 ações

TRF da 3ª Região (sede em São Paulo-SP, abrangendo também o MS)
Geral: R$ 125.287.837,16
Previdenciárias: R$ 89.465.870,32 – 8.149 pessoas beneficiadas, em 7.289 ações

TRF da 4ª Região (sede em Porto Alegre-RS,

abrangendo os estados do PR e SC)
Geral: R$ 185.775.980,93
Previdenciárias: R$ 132.685.856,73– 23.009 pessoas beneficiadas, em 21.119 ações

TRF da 5ª Região (sede em Recife-PE, abrangendo os estados do CE, AL, SE, RN e PB)
Geral: R$ 138.835.099,40
Previdenciárias: R$ 55.231.170,86 – 10.781 pessoas beneficiadas, em 8.467 ações

***Assessoria de Imprensa do CJF**

NOTÍCIAS DO CNJ

Evento debate medidas para combater violência contra a mulher*

Gil Ferreira/Agência CNJ

Magistrados e profissionais de diversas áreas que atuam no combate à violência contra a mulher estiveram reunidos de 4 a 7/11 em Campo Grande (MS) para debater a adoção de medidas para aprimorar o atendimento às vítimas e frear esse tipo de crime no País.

O VI Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) contou com a participação de 200 profissionais relacionados ao tema, como policiais, defensores, promotores, juízes, psicólogos e assistentes sociais, além de especialistas internacionais.

O objetivo foi definir ações concretas capazes de fortalecer a rede de atendimento a mulheres vítimas de violência, desde o primeiro contato delas com as autoridades policiais, passando pelo Judiciário e pelas as equipes multidisciplinares, de apoio psicológico e social. O feminicídio, o aborto e as políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência e ao tráfico internacional de mulheres são alguns dos temas que serão debatidos nos três dias do evento, que conta com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A coordenadora do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do CNJ, conselheira Ana Maria Amarante Brito, foi convidada para abrir o Fórum, nesta quarta-feira (5/11), a partir das 20h, com a palestra O Poder Judiciário e a Lei Maria da Penha. Na avaliação da conselheira, o Fórum, que congrega magistrados de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal envolvidos com a temática de violência de gênero, tem grande importância, principalmente pelos enunciados decididos durante o evento.

Desde que foi criado, em 2009, o Fonavid vem orientando os procedimentos dos operadores do Direito e servidores relativos aos casos de violência doméstica. Já foram criados 26 enunciados. O enunciado número 1, por exemplo, estabelece que, para a incidência da Lei Maria da Penha, não importa o tempo de relacionamento entre a vítima e o agressor, nem o tempo decorrido desde o seu rompimento. Confira aqui os enunciados das cinco últimas edições do Fonavid.

No último dia do encontro (7/11), a programação trouxe a conselheira do CNJ Luiza Cristina Frischeisen para falar sobre a perspectiva da aplicação da Lei Maria da Penha nos dias atuais.

O VI Fonavid é promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS), por intermédio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, em parceria com a Escola Judicial do Mato Grosso do Sul (Ejud-MS). O evento tem como objetivo levantar questões relacionadas à aplicabilidade da Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006), buscando a troca de experiências e a compreensão dos aspectos jurídicos da legislação. Existem hoje no País 89 juizados especializados em violência doméstica e familiar, mas a grande maioria deles está localizada nas capitais. ***Regina Bandeira Agência - CNJ de Notícias**

Inscrições para o 'Conciliar é Legal' vão até 18/11*

Tribunais, magistrados, instrutores em mediação e conciliação, faculdades, empresas e advogados que apresentem práticas já testadas em conciliação poderão concorrer este ano ao Prêmio Conciliar é Legal, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para participar, o interessado deve ler o regulamento, preencher o formulário de inscrição e encaminhá-lo ao endereço eletrônico premioconciliar@cnj.jus.br . As inscrições estarão disponíveis a partir desta segunda-feira (3/11) e o prazo final para enviar a prática é 18/11.

Instituído em 2010, o Prêmio Conciliar é Legal busca identificar, premiar, disseminar e estimular ações que colaborem para aproximação das partes e a efetiva pacificação dos conflitos. O Prêmio elege os melhores projetos que estejam acontecendo no país, contribuindo para a pacificação de conflitos por meio de soluções negociadas. Na 5ª edição do evento, além das categorias tradicionais, três novos grupos poderão concorrer. São eles: Ensino Superior, Advocacia, Demandas Complexas ou Coletivas.

O CNJ ampliou as áreas que podem participar do Prêmio Conciliar é Legal por entender que há na sociedade cada vez mais experiências positivas no âmbito da conciliação em vários setores. "Na área acadêmica, por exemplo, a parceria entre universidades e os tribunais vem rendendo bons resultados, como é o caso de assistências jurídicas gratuitas que trabalham com conciliação e mediação", explicou o coordenador do Comitê Gestor da Conciliação, conselheiro Emmanoel Campelo.

Este ano, os participantes concorrerão dentro das seguintes categorias: Tribunal Estadual, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Federal, Instrutores de Mediação e Conciliação, Ensino Superior, Advocacia, Demandas Complexas e Sociedade Civil. Também será concedido o Prêmio Especial de Qualidade em Conciliação aos tribunais que participarem de pesquisa de satisfação do jurisdicionado com os conciliadores e com o próprio tribunal, durante a Semana Nacional de Conciliação, com o objetivo de mensurar o grau de satisfação. Também serão premiados os tribunais que alcançarem maior índice de conciliação durante a IX Semana Nacional de Conciliação, que ocorrerá entre os dias 24 e 28 de novembro. As práticas que concorrerem ao Prêmio ficarão disponibilizadas, automaticamente, ao CNJ e a qualquer instituição que componha o sistema judicial brasileiro, para futura implementação no sistema Judiciário.

Os trabalhos inscritos serão julgados por um grupo de juízes formado pelo Comitê Gestor, que julgará as práticas pelos seguintes critérios: eficiência, restauratividade das relações sociais, criatividade, replicabilidade, satisfação do usuário, alcance social e desburocratização. Não serão aceitas ideias, sugestões ou monografias que não tenham sido testadas e elaboradas com o objetivo de melhorar a relação social de partes em disputas.

Pacificação social – De acordo com a Resolução n. 125/2010, do CNJ, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, cabe ao CNJ promover ações de incentivo à autocomposição de litígios por meio da conciliação e mediação, com a participação de parcerias com órgãos do Judiciário, entidades públicas e privadas, assim como universidades e instituições de ensino.

Considerada uma forma mais simples, rápida e barata de se resolverem conflitos judiciais, a conciliação também reduz os desgastes emocionais comuns em litígios. A conciliação pode ser utilizada em diversos tipos de conflitos, como pensão alimentícia, divórcio, desapropriação, inventário, partilha, guarda de menores, acidentes de trânsito, dívidas em bancos e financeiras e problemas de condomínio, entre outros.

***Regina Bandeira**

Agência CNJ de Notícias

Informativo produzido pelo Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) - Justiça Federal do Espírito Santo
Telefone: (27) 3183-5109 - E-mail: ncs@jfes.jus.br - Site: www.jfes.jus.br
Novo projeto gráfico: Divisão Gráfica e Editorial do TRF2 (Digra)